CABO DELGADO: A GUERRA CONTRA O JORNALISMO

Armando Nhantumbo

INTRODUÇÃO

Desde 2017 que a província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique, debate-se com uma insurgência *jihadista* (Morier-Genoud, 2020), uma guerra protagonizada por um grupo localmente conhecido por “*al-shabaab*” que se traduz como “juventude”, na língua árabe, um termo utilizado em analogia ao grupo extremista “*al-shabaab*” que opera na Somália e no Quênia (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019).

Embora com epicentro na província de Cabo Delgado, onde a guerra iniciou no dia 5 de Outubro, com um ataque à vila sede do distrito de Mocímboa da Praia, os ataques expandiram-se, em 2021, para a província de Niassa (Chichava, 2022) e, em 2022, para a província de Nampula (Observatório de Conflitos, 2022a), todas no Norte de Moçambique.

Cinco anos depois, as consequências desta guerra são bastante elevadas. Até à semana de 5 de Outubro de 2022, quando passavam 5 anos desde o início dos ataques, 4322 pessoas haviam sido mortas na sequência de um total de 1461 ocorrências de violência (Observatório de Conflitos, 2022b), enquanto perto de um milhão tinham sido forçadas a abandonar as suas zonas de origem por causa dos ataques (UNHCR, 2022).

Além das mortes, a guerra no Norte de Moçambique, resultou num incalculável número de danos contra bens e infra-estruturas públicas e privadas. Não seria exagerado falar de um grave ataque ao tecido sócio-económico e ao desenvolvimento de Cabo Delgado e de Moçambique, em geral. Mas se é verdade que um grupo armado de inspiração islâmica lançou uma guerra contra o Estado, também é verdade que o Governo moçambicano lançou uma guerra contra o jornalismo que escrutinou o curso e as dinâmicas deste conflito. Profissão dedicada à selecção, apuração, colecta e publicação de acontecimentos actuais e de interesse público por meio impresso, radiofónico, televisivo ou online (Coelho *et al.*, 2015), o jornalismo pode ser definido, conforme Hearst (*apud* Esteves, 2016), como a publicação do que ninguém não quer que se publique, porquanto todo o resto é publicidade.¹

¹ Célebre nos estudos de jornalismo, a frase “jornalismo [ora notícia] é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade” é, erradamente, atribuída a George Orwell por ter aparecido na boca de um dos personagens de um dos seus livros. Mas, de facto, a frase é de William Randolph Hearst (Esteves, 2016).

Mas de que forma as entidades públicas, particularmente os dirigentes, encararam o jornalismo que se colocou na linha da frente do conflito de Cabo Delgado? Este texto argumenta que o Governo moçambicano nunca tolerou qualquer cobertura jornalística que lhe fosse crítica sobre a guerra no Norte de Moçambique.

Originalmente apresentado na VI Conferência Internacional do IESE 2022, que decorreu em Maputo de 19 a 21 de Setembro, sob o lema “Conflito Violência e Desenvolvimento”, este capítulo é parte de uma pesquisa mais alargada que o autor vem desenvolvendo sobre a forma como o Governo moçambicano se relaciona com o jornalismo que se dedica à cobertura da guerra, em Cabo Delgado.

Além da revisão da literatura sobre jornalismo e conflitos, o texto também resulta de pesquisa bibliográfica e observação participante à volta da cobertura jornalística da guerra em Cabo Delgado pelos principais meios de comunicação, em Moçambique, e sobre o fechamento do espaço cívico e participação política no País.

JORNALISMO: ALVO A ABATER?

Desde o início da guerra, em Outubro de 2017, o Governo moçambicano nunca permitiu a cobertura independente sobre o desenrolar dos acontecimentos em Cabo Delgado. Pelo contrário, através das Forças de Defesa e Segurança (FDS), o Governo tomou medidas que vão contra a comunicação social com abordagens críticas² sobre o conflito, principalmente órgãos de informação moçambicanos de natureza privada e estrangeiros.

As medidas do Governo traduziram-se em ameaças, perseguições e até detenções arbitrárias contra jornalistas (MISA, 2019; MISA, 2021). Só entre 2017 e 2020, pelo menos sete jornalistas (além de um pesquisador e dois assistentes de pesquisa) foram detidos por militares. Vários outros jornalistas e pesquisadores foram proibidos de trabalhar em Cabo Delgado.

Os casos mais mediáticos são os de Amade Abubacar, Germano Adriano e Ibrahim Mbaruco. Amade Abubacar, repórter da *Rádio Comunitária de Macomia*, foi detido a 5 de Janeiro de 2019, quando recolhia depoimentos de populares que tinham fugido das suas casas (Amnistia Internacional, 2019). Tal como ele, o seu colega na *Rádio Comunitária de Macomia*, Adriano Germano, também foi detido, a 15 de Fevereiro de 2019, por fazer cobertura da guerra (Nhampossa, 2019).

² Por abordagens críticas, referimo-nos a matérias jornalísticas que serviram de contra narrativa à propaganda governamental sobre o conflito do Norte de Moçambique, expondo as mais variadas fragilidades do Estado, entre elas: as derrotas de agentes das FDS perante os “al-shabaab”; a perda de territórios para um inimigo que passou a controlar várias aldeias e até vilas distritais (Mocimboa da Praia foi o caso mais emblemático, ao ser ocupada pelos insurgentes por aproximadamente um ano, de Agosto de 2020 a Agosto de 2021, sem nunca o Governo o ter reconhecido); a violação de direitos humanos por militares, incluindo execuções sumárias e agressões; a extorsão da população e apoderamento dos seus produtos e bens por militares; contratação secreta, pelo Governo moçambicano, de mercenários russos (Wagner) e sul-africanos (Dyck Advisory Group – DAG); o drama humano e as destruições causadas pela guerra, entre outras. Para mais detalhes sobre estes casos, ver, apenas a título ilustrativo, Amnistia Internacional (2019; 2020; 2020b; 2021), WLSA Moçambique (2021), CDD (2022), Lusa (2021; 2023), Carta de Moçambique (2023) e Love (2023).

Diferentemente dos dois, quem não mais reapareceu, pelo menos passados mais de três anos após o seu desaparecimento, é Ibraimo Mbaruco, o repórter da *Rádio Comunitária de Palma*, que desapareceu a 7 de Abril de 2020. No seu último contacto, através de mensagem SMS, Mbaruco terá informado um dos seus colegas que estava cercado por militares (MISA, 2021). Em Dezembro de 2018, o repórter Estácio Valoi, do portal *Moz24h* e em colaboração com vários órgãos de comunicação social internacionais, o investigador David Matsinhe, da Amnistia Internacional, e respectivo assistente, também foram detidos e libertados 48 horas depois de estarem sob custódia policial. De acordo com Valoi (em entrevista ao autor, 2022), dois jornalistas da Reuters também foram retidos num quartel, na aldeia Quelimane, em Mocímboa da Praia, às 13h00, tendo sido libertados só às 18h00. Em Fevereiro de 2021, foi a vez da expulsão do jornalista britânico Tom Browker, editor da *Zitamar News*, um portal dedicado à informação sobre Moçambique, e uma das principais fontes alternativas de informação sobre a guerra em Cabo Delgado.

TABELA 1: PRINCIPAIS ATAQUES CONTRA JORNALISTAS ENVOLVIDOS NA COBERTURA DA GUERRA DE CABO DELGADO.

Ano	Caso
2018	Detenção de Estácio Valoi, em Mocímboa da Praia
2019	Detenção de Amade Abubacar, em Macomia
2019	Detenção de Germano Adriano, em Macomia
2020	Desaparecimento de Ibraimo Mbaruco, em Palma
2021	Expulsão de Tom Browker, de Moçambique

Diversos relatórios e pesquisas nacionais e internacionais, assim como trabalhos jornalísticos, reflectem a resposta militarizada contra o jornalismo e a consequente restrição à liberdade de imprensa, em Cabo Delgado. Em 2019, por exemplo, o capítulo moçambicano do Instituto de Comunicação Social de África (MISA, 2019), uma das principais organizações de advocacia e defesa pela liberdade de imprensa e de expressão no País, denunciou, no seu relatório anual sobre o estado das liberdades de imprensa e de expressão, um «Apagão de Informação e as Perseguições contra a Imprensa, em Cabo Delgado» (MISA, 2019).

No mesmo ano, a Repórter Sem Fronteiras (RSF) reportou «um preocupante declínio da liberdade de imprensa, em Moçambique», destacando que, «acessar o norte do país», por exemplo, «local de uma insurreição islâmica desde 2017, agora é praticamente impossível sem correr o risco de ser preso» (RSF, 2019).

Em Setembro de 2019, Habibe, Forquilha & Pereira (2019) referiam ser cada vez mais difícil, por parte de jornalistas (e pesquisadores), o acesso aos locais assolados pelos ataques, destacando que, desde o início da guerra, haviam sido detidos pelo menos seis jornalistas: três estrangeiros e um moçambicano, em 2018, e dois moçambicanos, em 2019.

No seu relatório 2019-2020, o MISA (2021) voltou a enfatizar que o exercício destes dois direitos estava a ser hostil e turbulento, apontando o conflito, no Norte do País, como parte do

contexto global sob o qual as liberdades de imprensa e de expressão têm vindo a ser objecto de sevícias, em Moçambique.

Segundo a organização, com a intensificação do conflito armado, em Cabo Delgado, tornou-se perigoso o exercício do jornalismo, visto por militares como uma actividade inimiga, havendo, desde 2017, detenção e confiscação de equipamentos de trabalho de jornalistas, que também foram obrigados a fornecer os seus *e-mails* e as respectivas senhas, em flagrante violação da sua privacidade (MISA, 2021).

Para consubstanciar o que chama de “apagação de informações”, em Moçambique, e que também afecta os *media* internacionais, que encontram cada vez mais dificuldade em obter permissão para cobrir a insurreição, em Cabo Delgado, a RSF (2022) refere que um jornalista britânico radicado em Moçambique há anos e que fundou um importante portal de notícias foi expulso por motivos espúrios e proibido de retornar por 10 anos, uma clara referência a Tom Browker, fundador e editor da *Zitamar News* e um jornalista destacado na cobertura do lado negado sobre a guerra do Norte de Moçambique.

Ao longo de todos os anos de conflito, não há registo de um único jornalista da chamada imprensa pública (RM e TVM, incluindo o Jornal Notícias, que também é controlado pelo Governo, uma vez que é detido pelo Estado, através do Instituto de Gestão das Participações do Estado – IGEPE), que tenha sido vítima da guerra do Estado contra o jornalismo, em Cabo Delgado.

Aliás, tal como nas mais diversas áreas, os *media* do sector público nunca tiveram uma atitude de confronto ao Governo, limitando-se, antes pelo contrário, a reproduzir os discursos oficiais sobre o curso do conflito, num claro exercício de propaganda pró-governamental.

A DETENÇÃO DE ABUBACAR E GERMANO E O DESAPARECIMENTO DE MBARUCO

Os casos “Abubacar, Germano e Mbaruco”, repórteres que trabalhavam para rádios de base comunitária, pertencentes ao Instituto de Comunicação Social (ICS), são exemplos paradigmáticos da guerra contra o jornalismo, em Cabo Delgado. O primeiro a ser detido foi Amade Abubacar. Após a sua detenção, a 5 de Janeiro de 2019, Abubacar foi levado de Macomia para Mueda, onde foi mantido num quartel militar.

Ilegalmente detido e incomunicável por 13 dias, foi, durante este período, coagido, sob ameaças ou torturas, a confessar crimes que, eventualmente, nunca cometera, e a entregar as senhas dos seus *e-mails* a militares (MISA, 2019). Depois, foi transferido para o estabelecimento penitenciário de Mize, arredores da cidade de Pemba, a capital provincial de Cabo Delgado, onde foi mantido durante cerca de três meses.

Em contacto com o autor, a 07 de Junho de 2022, Amade Abubacar fez saber que, além das agressões que sofreu, também lhe foi confiscado material de trabalho, incluindo o telemóvel e

documentos pessoais. Antes da sua detenção, disse, tinha sido, também, roubado, em sua casa, todo o *kit* digital de trabalho – computador, disco duro e *flashes*, que continham o arquivo dos principais acontecimentos de Macomia.

Por sua vez, antes da sua detenção a 15 de Fevereiro do mesmo ano, Germano Adriano foi informado pelos seus superiores hierárquicos do Instituto de Comunicação Social, que o seu pedido de transferência havia sido aprovado, pelo que deveria ir buscar a respectiva guia às instalações do ICS, em Macomia. Mas na verdade, entende o MISA Moçambique, no lugar desta ser uma informação verdadeira, tratava-se de uma armadilha: não havia guia nenhuma de transferência. Ou seja, em colaboração com as autoridades policiais, conclui o MISA, a direcção do ICS, em Macomia, engendrou um esquema que facilitou a detenção de Germano (MISA, 2019). Ambos foram acusados, sem evidências, de sete crimes: a) instigação pública a um crime com uso de meios informáticos a favor de terroristas, b) instigação, c) injúria contra agentes da força pública, d) associação para delinquir, e) crime contra organização do Estado, f) instigação ou provocação à desobediência colectiva e, g) crime contra a ordem e tranquilidade públicas (MISA, 2021).

No caso de Amade Abubacar, o Ministério Público apontou, na sua acusação, como um dos “indícios fortes” contra o repórter, o facto de ter sido encontrado com uma «lista nominal dos jovens que operam com os ditos *al-shabaab*» (MISA, 2021:7). Sobre esta acusação do Ministério Público contra Amade Abubacar, a quem indiciou de não ter sido capaz de explicar, com clareza os motivos pelos quais portava a tal lista, o MISA Moçambique contra-argumentou ser normal da actividade jornalística.

«Qualquer jornalista que esteja a investigar determinado assunto possui um arquivo de informação confidencial, onde guarda todos os dados que recolhe. A alegada lista que continha nomes de supostos jovens de “Al-shabaab” em sua posse pode fazer parte dos arquivos do jornalista, resultantes de meses de recolha de informação sobre os nomes dos insurgentes, o seu perfil e as suas origens.»
(MISA, 2019:7)

Mais tarde, passou a constar no processo que os dois jornalistas eram acusados de difundir mensagens desabonatórias contra os membros das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Com 108 e 67 dias de reclusão, respectivamente, Amade Abubacar e Germano Adriano foram provisoriamente libertados, no dia 23 de Abril de 2019, sob Termo de Identidade e Residência (RSF, 2019).

Por seu turno, antes do seu desaparecimento, a sete de Abril de 2020, Mbaruco, detido em plena vila de Palma, enviou uma mensagem a um colega, na qual dizia: “Estou cercado de militares” (MISA, 2021:5). Todas as diligências feitas junto de diferentes entidades estatais, nomeadamente a Polícia da República de Moçambique (PRM), o Serviço Nacional de

Investigação Criminal (SERNIC) e Ministério Público (MP), não conseguiram esclarecer o caso do repórter que continua desaparecido (MISA, 2021:5).

Na sequência do sucedido, o MISA foi à Vila de Palma para apurar os contornos do desaparecimento de Ibraimo Mbaruco, e constatou, entre vários contornos, que:

→ Os militares e os agentes da Polícia levaram o jornalista e a sua motorizada.

→ Os colegas do jornalista comunicaram, imediatamente, o sucedido a toda a estrutura administrativa do distrito de Palma, nomeadamente o administrador, o secretário permanente e o comandante Distrital da PRM. Ou seja, toda a estrutura administrativa teve conhecimento imediato do sucedido.

→ A esposa do jornalista, a chorar desesperada, disse que não sabia se o seu marido ainda estaria vivo, dada a agressividade conhecida dos militares. Segundo ela, os militares são bastante agressivos e fazem de tudo que querem, sem serem punidos, «são donos de Palma».

→ Um agente da Polícia, afecto ao Comando Distrital da PRM, em Palma, confidenciou ao MISA Moçambique, em anonimato, que «foram, de facto, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique que levaram o Jornalista» e acrescentou ter «conhecimento que ele foi tirado de Palma para Mueda, onde as Forças Armadas têm a sala de interrogatórios».

→ A mesma fonte disse que colegas do Ibraimo Abu Mbaruco «vieram denunciar o sucedido, mas a nível do Comando de Palma, nada se fez».

→ Até 9 de Abril, dois dias após a sua suposta detenção, os telefones do jornalista chamavam, mas ninguém os atendia. Depois de 9 de Abril, deixaram de ser contactáveis.

→ Daniel Paulo Kazimoto, então delegado do Instituto de Comunicação Social, entidade proprietária da Rádio, disse que tomou conhecimento do desaparecimento do colega jornalista, afecto em Palma, mas que não conhecia ainda o seu paradeiro.

→ O irmão do jornalista, Juma Abu Mbaruco, apresentou uma queixa junto à Procuradoria Provincial. Em Setembro de 2023, o autor entrevistou Juma Mbaruco, o irmão mais velho de Ibraimo Mbaruco. Passados três anos após o desaparecimento, o seu irmão fez saber que a família Mbaruco já tinha perdido a esperança de que o repórter ainda esteja vivo. «Nós suspeitamos que ele tenha sido morto», disse Juma Mbaruco.

MEDIA E CONFLITOS ARMADOS

Perante perseguições, detenções, ameaças e até discursos de ódio difundidos por agentes ligados ao Governo, incluindo de alto nível, contra jornalistas com abordagens críticas sobre os acontecimentos em Cabo Delgado, poder-se-ia questionar o motivo de esses profissionais não se calarem, ao invés de persistirem na difusão de informações “politicamente incorrectas” (entenda-se contrárias à narrativa oficial) sobre a guerra, em oposição ao Governo e todas as suas forças repressivas e de propaganda.

A resposta é que, à luz da literatura sobre produção noticiosa, os conflitos armados, onde quer que ocorram, são perfeitos acontecimentos noticiosos, o que justifica o interesse do jornalismo pela cobertura dos ataques em Cabo Delgado. Nas ciências da comunicação e, em particular, no jornalismo como campo académico, existe uma longa tradição de pesquisas que procuram entender o que são as notícias, ou seja, porque é que apenas alguns, numa imensidão de acontecimentos que ocorrem todos os dias, se tornam elegíveis para serem notícias.

Aliás, para Traquina, a questão central do campo jornalístico é precisamente esta: «o que é notícia? Ou seja, quais os critérios e os factores que determinam a noticiabilidade dos acontecimentos» (Traquina, 2007:106). Teorias como *gatekeeper* (selector de notícias, nas palavras de Silva, 2005), que explica as notícias como resultado de escolhas pessoais de jornalistas; e organizacional, que as entende como resultado de determinantes das organizações jornalísticas, surgem justamente para responder a essa inquietação.

No entanto, mais do que resultados de escolhas subjectivas, pessoais, influenciadas por fontes de informação, ou escolhas organizacionais, as notícias são, sobretudo, resultado de um conjunto de normas que orientam o trabalho dos seus profissionais. São os chamados critérios de noticiabilidade ou valores-notícias que, segundo Traquina (2007), se tornaram num elemento central da cultura jornalística.

Podemos definir o conceito de “noticiabilidade” como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia (Traquina, 2007). Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, ser julgado como transformável em matéria noticiável, por isso, possuindo “valor-notícia” (*idem*).

A primeira tentativa de sistematizar os factores que influenciam o fluxo das notícias foi feita por Galtung & Ruge (1999). Para responder à pergunta “como se tornam notícia os acontecimentos”, os dois autores enumeraram um conjunto de 12 valores-notícia que concorrem para que um acontecimento se torne notícia. Além de Galtung & Ruge (1999), os trabalhos de Schlesinger (1999), Hall *et al.* (1999), Katz (1999), Traquina (1999; 2007), Santos (1992), Gradim (2000) e Sousa (2001) também são significativos para explicar porque é que as notícias são o que são.

Com efeito, existe, actualmente, uma extensa lista de critérios de noticiabilidade, entre eles a Relevância (acontecimentos com significado para a vida das pessoas), a Amplitude (acontecimentos de maior magnitude), o Conflito (acontecimentos com violência física ou simbólica), a Infracção (das leis, dos direitos humanos, a má gestão, o desvio e o crime, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável), o Inesperado (acontecimentos “fora do comum”) ou a Negatividade (que pressupõe que acontecimentos mais negativos tendem a se sobrepor aos positivos).

Além dos valores-notícia, a literatura sobre *media* e conflitos reconhece actos violentos, tais como o terrorismo, como fenómenos mediáticos (Faria, 2007) por excelência. De facto, o

trabalho dos repórteres para divulgar factos ocorridos durante conflitos armados, sejam eles terroristas ou não, não é de hoje. Desde a guerra da Crimeia (1854-1856), na qual estiveram, de um lado, a França, a Inglaterra e o Império Otomano, e de outro, a Rússia czarista, temos o registo jornalístico realizado ao tempo do confronto (Rissoni, 2004).

Entretanto, um dos grandes dilemas que se coloca na relação jornalismo-terrorismo é, justamente, a necessidade de, enquanto não se transformam em espaço de propaganda terrorista, que os *media* cumpram o seu dever de manter o público informado sobre os actos terroristas, sem censura ou quaisquer restrições impostas por governos ou outras entidades.

Para Kosner, «se o público começa a acreditar que a Imprensa suprime notícias ou que as manipula em detrimento do interesse público, o resultado será a paranóia colectiva» (Resendes, 2007:5). Para Small, é sempre melhor transmitir do que não transmitir porque a pior coisa que poderia acontecer – muito pior do que qualquer acto terrorista – seria a perda da credibilidade dos noticiários televisivos e dos jornais (Resendes, 2007).

Para Faria (2007), se a luta contra o terrorismo incluir medidas que destruam a credibilidade dos *media*, os terroristas terão ganho uma importante batalha: a de minar os sistemas democráticos, porque um dos pilares das democracias é, precisamente, o da liberdade de imprensa.

«(...) o terrorismo é um assunto que ninguém – e muito menos os media – pode ignorar. E não é por ele não ser noticiado que vai desaparecer. Não dar a notícia do rebentamento de uma bomba, por exemplo, não evita que outras situações semelhantes aconteçam. Pode até ter o efeito contrário: pode fazer com que a bomba seguinte seja ainda mais potente para captar a atenção (...). Não tenho dúvidas que a responsabilidade principal de uma imprensa livre é informar o público dos acontecimentos, de modo a que os cidadãos possam tomar decisões e formar a sua opinião com base numa informação credível. Assim sendo, considero impensável sugerir que não se divulguem notícias sobre terrorismo» (Faria, 2007:160-164).

Como também observa Resendes (2007), apesar das incógnitas em saber se se deve ou não “informar o terrorismo”, esse é um dever dos *media* que resulta de um consenso largamente maioritário. Tal como argumenta Faria (2007), qualquer estratégia, por parte do poder político, destinada a acabar com a ameaça do terrorismo, deve, pois, promover o respeito pela liberdade de expressão e pela liberdade dos *media*, em vez de impor restrições a estes direitos fundamentais.

«(...) noticiar as acções terroristas faz parte da obrigação dos media em servir a opinião pública. É que o papel do Jornalismo não é dizer às pessoas o que pensar. É fornecer informação às pessoas para a usarem para pensar. Noticiar o terrorismo é necessário e é um dever dos profissionais da comunicação social. E há que fazer uma clara distinção: uma coisa é noticiar as suas consequências

(e origens também); a outra é fazer a defesa do terrorismo. Não dar a notícia de um acto terrorista afecta a credibilidade dos media (o público pode questionar que outro tipo de informações a comunicação social pode esconder), deixa espaço para a especulação e rumores e põe em causa os princípios básicos de um Estado democrático. (Faria, 2007:175).

É, portanto, natural que a opinião pública procure respostas, informação e diferentes leituras sobre o terrorismo, e os *media*, como fonte privilegiada de informação da actualidade, apresentam-se como o melhor recurso (Faustino, 2018). De acordo com White (CPI & Clube Português de Imprensa, 2017), mesmo com o desafio que se põe aos jornalistas no sentido de controlarem a retórica política que possa criar medo e incitar mais ódio, é essencial que os *media* mantenham a liberdade de fazer reportagem sem a ameaça da censura, incluindo por via de legislação antiterrorista. Para a fonte, actos de autocensura atentam contra o direito das pessoas a serem informadas sobre as circunstâncias do terrorismo (*idem*).

GUERRA EM CABO DELGADO: ACONTECIMENTO NOTICIOSO POR EXCELÊNCIA

Chegados aqui, podemos afirmar, de maneira segura, que os ataques de Cabo Delgado são, à luz dos critérios de noticiabilidade e da literatura sobre *media* e conflitos, incluindo terrorismo, acontecimentos noticiosos por excelência. Em nenhuma democracia que se preze, o jornalismo contornaria uma tragédia tal como a que está em curso em Cabo Delgado – é ignorar a amplitude e a intensidade como critérios de noticiabilidade, conforme demonstrado na revisão da literatura.

Quando há uma guerra com mais de 4 mil mortos, cerca de mil deslocados, e um elevado grau de destruição, esse é o valor notícia magnitude na sua máxima expressão. Quando há uma guerra a desestruturar famílias e sociedades, tal como ocorre em Cabo Delgado, em jornalismo, esse é um evento com profundo significado na vida das pessoas.

Ter um jornalismo que se cala perante uma guerra como a de Cabo Delgado, com as consequências trágicas que lhe estão associadas, é ter jornalistas a negarem o critério da negatividade na sua expressão mais brutal. Pode concordar-se com os não-membros da comunidade jornalística que olham para o universo jornalístico como mundo de notícias vindas do “inferno”, mas mortes e massacres, como os ocorridos em Cabo Delgado, são notícia em qualquer parte do Mundo, excepto nos regimes autoritários.

Tal como os ataques terroristas de vários países, como Quênia, Somália e República Democrática do Congo, frequentemente reportados na imprensa dos seus respectivos países e de todo o mundo, não é razoável esperar que acontecimentos trágicos sejam ignorados apenas porque acontecem em Cabo Delgado.

Não são os jornalistas que criam os ataques, muito menos são eles que os protagonizam. Pelo contrário, a visão negativa sobre a guerra de Cabo Delgado, presente na imprensa, radica nos valores-notícia que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos do mundo real e na construção das histórias que contam sobre a realidade.

Quando grupos armados devastam diversas aldeias, ao ponto de ocuparem vilas distritais por aproximadamente um ano, como sucedeu em Mocímboa da Praia, não há jornalismo digno desse nome que se mantenha em silêncio – isso chama-se inesperado ou inversão como critérios de noticiabilidade.

Quando Forças de Defesa e Segurança são desalojadas de aldeias e vilas distritais e obrigadas a abandonar seus postos e fugir em debandada, e quando isso se torna tão recorrente quanto os próprios ataques, não pode haver melhor demonstração do que menos se espera de um Estado. Quando há relatos recorrentes de agentes do Estado, no caso militares das FDS, a violarem direitos humanos das comunidades atingidas pela guerra, aqueles que eles deviam proteger, estamos perante o critério da infração, que reconhece ao jornalismo a função de “policimento informativo” da sociedade, com particular atenção ao Governo, contra o desvio, o crime, a corrupção, a violação de direitos humanos, entre outras infrações.

Em suma, as guerras, como a de Cabo Delgado, a calamidade e a morte, como mais de 4 mil mortos e 1000 deslocados, a magnitude, como os mega-ataques dos insurgentes, a infração, quando militares do Estado violam direitos humanos que era suposto protegerem, ou quando extorquem população deslocada, estão entre as “qualidades duradouras” de uma notícia.

COMO O JORNALISMO REAGIU?

Perante a reposta militarizada do Estado, formaram-se duas tendências na cobertura jornalística dos ataques de Cabo Delgado. Por um lado, houve órgãos de comunicação social, particularmente do sector público, que pautaram por uma postura silenciosa perante o conflito, respondendo positivamente à intenção do Governo em ocultar a guerra.³ Quando muito, órgãos como a Televisão de Moçambique (TVM), a Rádio Moçambique (RM) e o Jornal Notícias, limitaram-se a reproduzir discursos oficiais, não fosse forte o controlo político que era exercido pela Frelimo, o partido que dirige o País desde a independência de 1975.

Desde finais de 2017, quando iniciou a guerra em Cabo Delgado, até meados de 2021, quando chegaram ao País forças militares estrangeiras para ajudar Moçambique a combater

³ Só com a reconquista de territórios anteriormente tomados pelo inimigo, casos dos distritos de Mocímboa da Praia e de Palma, o que só foi possível com a chegada de tropas estrangeiras, particularmente o Ruanda, é que o Governo abriu as portas para Cabo Delgado. Mesmo assim, não para todos os órgãos de comunicação, muito menos para se fazer jornalismo imparcial, mas para órgãos de preferência governamental, com destaque para a TVM, com missão de mostrar a vitória das tropas moçambicanas e ruandesas, em claras abordagens tendenciosas e propagandísticas.

a insurgência, este grupo de órgãos de comunicação social pró-governamental só fazia referências esporádicas ao curso do conflito, geralmente quando altos dirigentes do Estado e das FDS, incluindo o próprio Presidente da República, visitavam os locais do conflito ou se pronunciavam sobre o mesmo.

Tratava-se de notícias que amplificavam a propaganda governamental sobre a guerra, que reivindicava supostas vitórias no terreno e fragilização dos “*al-shabaab*”, alegadamente em debandada, justamente quando os órgãos independentes do Governo reportavam o agravamento da situação da insurgência, em Cabo Delgado. Quando muito, esses órgãos de comunicação social, a chamada “imprensa pública”, limitavam-se a reproduzir, acriticamente, os depoimentos governamentais, apresentando apenas o lado oficial do conflito.

Por sua vez, nos *media* independentes do Governo, assistiu-se uma tendência oposta, com alguns órgãos de comunicação social a destacarem-se na cobertura sistemática do conflito. Os jornais *MediaFAX* e *Carta de Moçambique*, e os portais de notícias *Zitamar News* e *Pinnacle News*, estão entre os órgãos de comunicação que mais se destacaram e continuam a destacar-se a contar a evolução da guerra além da propaganda governamental.

Estes e outros órgãos encontraram formas alternativas, tais como a investigação jornalística e outras para fazer face ao bloqueio do governo à imprensa, ainda mais nesta era das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em que os jornalistas não estão mais reféns da informação oficial para estar a par dos acontecimentos do dia-a-dia.

Aliás, além de razões de fundo por detrás da proibição da guerra para jornalistas, como o encobrimento das fragilidades das FDS, também vítimas de desinvestimentos e esquemas de corrupção que escangalharam até sectores nevrálgicos do Estado, como a defesa e segurança, o Governo pode, também, ter minimizado o facto de que, a despeito de todas as querelas sobre o papel de “jornalista-cidadão”⁴, nesta era de *media* digitais, qualquer um pode partilhar informações e alimentar um público-alvo diversificado, incluindo os próprios jornalistas profissionais e *media mainstream*.

⁴ Termo conceptualmente controverso, o jornalista-cidadão pode ser definido como cidadão que, mesmo não sendo jornalista profissional, participa na produção e partilha de informação, por ser testemunha de factos importantes, sendo a *internet* uma grande aliada na divulgação da informação (Foschini & Taddei, 2006). O lema do mundo do jornalismo—cidadão é de que «qualquer um pode fazer notícia», ou «faça [jornalismo] você [cidadão] mesmo», advogando, no fundo, o fim do papel de *gatekeeper* (filtro noticioso) que o jornalismo se atribuiu, no século XIX, porquanto, nesta era das redes sociais da *internet*, qualquer cidadão pode participar dessa transformação na forma de produzir e divulgar notícias (Foschini & Taddei, 2006). De acordo com Moretzsohn (2006), o jornalismo-cidadão, também conhecido como jornalismo participativo, assenta na ideia de que, com as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação, qualquer um, desde que munido de um telemóvel com câmara, operando um blogue, pode transformar-se em repórter, o que provoca, entre muitas outras leituras, a profecia do fim do jornalismo tal como o conhecemos. Mas esta profecia não é consensual no Jornalismo, sobretudo na área de estudos conhecida como Jornalismo e *Media* Digitais. Não é, pois, pelo facto de qualquer cidadão ter acesso a um *smartphone* e partilhar informações que ele passa a ser jornalista. Mais do que fazer registos e publicações pontuais de eventos, o Jornalismo é uma profissão que se orienta por técnicas e normas próprias, e com responsabilidades éticas e deontológicas que ultrapassam qualquer amadorismo à sua semelhança, ainda que imbuído de boas intenções. Tal como observa Strecker, «não é o facto de todo mundo ter acesso a ferramentas de publicação, num ambiente internacional como a *Internet*, que vai transformar todo ser humano em jornalista» (Correia, 2007:23).

O MediaFAX, a Zitamar News e a ACLED (Armed Conflict Location & Event Data Project⁵), por exemplo, estabeleceram, em Maio de 2020, um projecto denominado “Cabo Ligado” que, a partir de pontos focais nas áreas de conflito e outras fontes classificadas, monitora o dia-a-dia da guerra, tendo-se tornado num dos principais repositórios de informação sobre a guerra de Cabo Delgado. Além de outros meios de comunicação e organizações não governamentais, foi também a partir deste projecto que vieram a público muitas das notícias contraditórias à propaganda governamental sobre a guerra de Cabo Delgado, o que tornou estes órgãos uma espécie de “inimigos” aos olhos do governo, com toda a ostracização daí decorrente, incluindo a expulsão do editor da *Zitamar*, Tom Browker.

Quando o Governo se apercebeu de que as detenções não paravam as informações sobre a guerra, abriu uma outra frente. Trata-se de uma campanha de ameaças e descredibilização de jornalistas que expõem o lado oculto do conflito, actos protagonizados por dirigentes e comentadores ao serviço do Governo.

Em Fevereiro de 2020, por exemplo, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, Julião João Cumbane, chegou a aconselhar, na sua conta pessoal do Facebook, ao Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), ao Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) e ao Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) para que conjugassem «inteligência e acções enérgicas – mesmo as extra-legais! – contra as “notícias” miserabilistas que desmoralizam as Forças de Defesa e Segurança (FDS), que combatem os ataques por procuração nas regiões Norte e Centro de Moçambique» (Tinga, 2020).

Em Novembro do mesmo ano, foi o próprio presidente da República, Filipe Nyusi, que falou de uma «saga de distorção da realidade na divulgação de irrealidades», incluindo o que chamou de «alguns órgãos de informação, que ao invés de pautarem pelo profissionalismo, acabam, deliberadamente ou inocentemente, agindo em vantagem dos inimigos ou dos terroristas». Foi na mesma ocasião que Nyusi alertou o exército para estar vigilante e pronto para agir, por forma a «não ser denegrido, deliberadamente e, passivamente, estarem a assistir sem responsabilizar esse tipo de compatriotas» (Mapote, 2020).

É o que o MISA (2021) desigou por radicalização do discurso político contra a imprensa que reporta sobre a guerra que, segundo a organização, se assistiu à medida que se intensificavam os ataques à liberdade de imprensa, em Cabo Delgado, através de ameaças, detenções, agressões, raptos e encerramento de rádios comunitárias.

Carneiro (2021) designa como a “cassete de Maputo”, que consiste numa «campanha de desinformação sobre o que se passa, em Cabo Delgado», movida para «silenciar as vozes da população, das organizações da sociedade civil, de investigadores e jornalistas».

⁵ Organização não-governamental (ONG) norte-americana que se dedica à análise de conflitos militares em várias partes do globo.

CONCLUSÃO

Como ficou demonstrado ao longo deste artigo, o Governo moçambicano nunca tolerou qualquer cobertura jornalística que lhe fosse crítica sobre a guerra de Cabo Delgado. Pelo contrário, sempre quis controlar a narrativa sobre os ataques no Norte de Moçambique, o que passou pela adopção, desde o início, de uma postura hostil ao jornalismo, que se manifestou em ameaças e até detenções de jornalistas simplesmente por exporem o lado da guerra que o Governo quis ocultar.

As detenções dos repórteres Amade Abubacar e Germano Adriano, e o desaparecimento do repórter Ibrahim Mbaruco estão entre os casos mais célebres do cerco contra a imprensa em Cabo Delgado.

Enquanto a comunicação social do sector público adoptava um pacto de silêncio sobre a guerra, os *media* independentes do Governo encontraram formas alternativas de continuar a desempenhar o vital papel da imprensa em democracias, fornecendo informação como alimento para a participação política dos cidadãos. Por isso, este texto conclui que o maior desafio ao Governo continua a ser a salvaguarda da liberdade de imprensa, dentro das mais variadas tendências e linhas editoriais dos órgãos de comunicação social.

Tal como observou o Instituto Internacional de Imprensa (IPI), no seu Relatório de 1985, os políticos que apelam para a redução das notícias sobre incidentes terroristas e tumultos deveriam procurar soluções que conduzam às verdadeiras raízes dos problemas, em vez de matarem o mensageiro que traz as más novas, ainda mais porque a experiência tem demonstrado que o silêncio fomenta o mistério e é o terreno mais propício para a acção violenta (Resendes, 2007). As ameaças, perseguições, detenções, e até o desaparecimento de jornalistas encontrados na linha de cobertura da guerra de Cabo Delgado não podiam deixar de ser um grande atentado contra a democracia, se assumirmos que uma imprensa livre é um dos mais fundamentais pilares de uma democracia. A comunidade não-jornalística pode não entender ou até não concordar com os princípios técnico-profissionais que os jornalistas usam para valorar os conflitos como acontecimentos noticiosos, mas exortar a tomada de acções extra-legais contra pessoas que nada mais fazem senão exercer uma actividade que não é criminal, é por demais crítico numa democracia.

Se se pode ignorar ataques feitos pelos agentes de propaganda do Governo, já está fora de todos os limites quando é o dirigente máximo de um País que faz apelos para medidas contra o jornalismo livre. Mas essa é a trágica situação em que Moçambique se encontra, de uma continuada degradação do espaço cívico, das liberdades fundamentais e da participação política dos cidadãos.

De acordo com Anderson (2021), Moçambique está, pois, entre países que oferecem excelentes exemplos da tendência global observada na última década em direcção ao aumento

do autoritarismo e ao fechamento do espaço cívico no Mundo. Os autores destacam que, em Moçambique, descrito como um país com forte regime de partido único, as vozes pró-Frelimo tornaram-se cada vez mais activas nos últimos anos, com um número crescente de ataques *online* e ameaças contra líderes da sociedade civil, jornalistas e activistas da oposição.

Por sua vez, o *International Media Support* (IMS, 2023) indica, no seu Relatório de avaliação dos *media*, que o fechamento do espaço cívico em Moçambique limita a capacidade dos cidadãos de contribuir e participar dos esforços para enfrentar os desafios em torno da segurança e da recessão económica, que precisam de mais plataformas de diálogo e menos restrições à forma como a sociedade se organiza, partilha e recebe informação.

De facto, a resposta militarizada do Governo contra o jornalismo não é um simples ataque contra a comunicação social. Longe de ser um caso isolado, trata-se, pelo contrário, de apenas um exemplo sobre como o espaço cívico tem estado a ficar cada vez mais fechado, em Moçambique, onde o autoritarismo do Estado (Brito, 2019; Conrado, 2021) não podia estar mais evidenciado.

Em 2021, o Índice de Democracia do *The Economist Intelligence Unit* classificou Moçambique, pelo quarto ano consecutivo, como um regime autoritário (EIU, 2021). No Índice da Liberdade de Imprensa 2021, dos RSF, que avalia 180 países, Moçambique ocupa a posição 108, superando países como Angola (103) e Guiné-Bissau (95) – no *ranking* 2022, o País situa-se no lugar 116 (RSF, 2019; RSF, 2022b).

Tal como escrevemos em outro texto, com todos os problemas metodológicos que se lhes podem apontar, estes resultados mostram, simplesmente, que o regime político, em Moçambique, longe de ser democrático, é mais uma “democradura”, na medida em que as práticas e os mecanismos autoritários são o que o caracteriza, concretamente, mas ao mesmo tempo, nos aspectos formais, são as regras democráticas que parecem vigorar, começando com a lei constitucional (Nhantumbo, 2022).

Esta é, pois, a nossa realidade: 48 anos depois da proclamação da independência e 31 anos de liberalização políticas, o regime político, em Moçambique, sob controlo da Frelimo, o partido que governa o País desde 1975, nunca se abriu, genuinamente, para a democracia, fazendo desta última um mero instrumento ao serviço dos seus interesses diante dos parceiros internacionais. Cabo Delgado é, simplesmente, um caso emblemático de como o cerceamento das liberdades e da democracia está no ponto mais alto da história de Moçambique pós-1990. Gilles Cistac, assassinado a tiro, em plena capital Maputo, e à luz do dia; Anastácio Matavel, também ele crivado de balas por agentes de elite da Polícia da República de Moçambique, em plena cidade Xai-Xai, e à luz do dia; José Macuane e Ericino de Salema, raptados e seviciados, na cidade de Maputo, o antigo bispo de Pemba, Dom Lisboa, atacado publicamente por sectores ligados ao Governo, todos com o denominador comum de terem sido críticos à governação da Frelimo, encerram esse quadro sombrio no exercício das liberdades civis, em Moçambique.

Para citar mais um exemplo, é penoso que, há cerca de 8 anos, em Moçambique, só sejam permitidas manifestações para saudar a dita “sábia liderança” do presidente da Frelimo e da República, Filipe Nyusi. Qualquer outra manifestação de repúdio à governação da Frelimo é recebida com Polícias altamente armados, carros blindados, gás lacrimogéneo e cães prontos a atacar. No próprio domínio da comunicação social, as propostas de Lei de Comunicação Social e de Radiodifusão parecem, citando Fernando Lima, ter sido feitas numa esquadra da Polícia, representando um grave retrocesso nas conquistas alcançadas na luta pela liberdade de imprensa em Moçambique.

Mais recentemente, a Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Acções Conexas, que foi ao extremo de, praticamente, criminalizar o jornalismo, e a Proposta de Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos, fecham o quadro cataclítico em que as liberdades democráticas se encontram, em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Amnesty International (2020a). *Mozambique: Torture by security forces in gruesome videos must be investigated*. 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/09/mozambique-torture-by-security-forces-in-gruesome-videos-must-be-investigated-2/> (consultado a 23 de junho de 2023).
- Amnesty International (2020b). *Mozambique: Video showing killing of naked woman further proof of human rights violations by state armed forces*. 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2020/09/mozambique-video-showing-killing-of-naked-woman-further-proof-of-human-rights-violations-by-state-armed-forces/> (consultado a 23 de junho de 2023).
- Amnesty International (2021). *Mozambique: “What I saw is death”: War crimes in Mozambique’s forgotten cape*. 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/documents/afr41/3545/2021/en/> (consultado a 23 de junho de 2023).
- Amnistia Internacional (2019). *Jornalista detido acusado formalmente*. 2019. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/AFR4102352019PORTUGUESE.pdf> (consultado a 20 de junho de 2019).
- Anderson, C.R. (2021). *Navigating Civic Space in a Time of Covid: Synthesis Report*. Brighton: Institute of Development Studies.
- Brito, L. de (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.
- Carneiro, M. (2021). Cabo Delgado: Santos Silva engoliu a cassete de Maputo. *Jornal Savana*. Edição Nº 1439, p.19.
- Carta de Moçambique (2023). *Populares de Salaué em Ancuabe queixam-se de violação dos direitos humanos protagonizados por elementos das FADM*. 2023. Disponível em: <https://www.cartamz.com/~cartamzc/index.php/sociedade/item/13802-populares-de-salauem-ancuabe-queixam-se-de-violacao-dos-direitos-humanos-protagonizados-por-elementos-das-fadm> (consultado a 22 de junho de 2023).
- CDD (2022). *Cabo Delgado: cinco anos de abusos e violação de direitos humanos*. 2022. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/cdd-cabo-delgado-cinco-anos-de-abusos-e-violacao-de-direitos-humanos.pdf> (consultado a 22 de junho de 2023).
- Chichava, S. (2022). *Maulana Ali Cassimo: Insurgência no Norte de Moçambique vista do Niassa*. Boletim Ideias 147P. Maputo: IESE. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/03/ideias-147P-SC-1.pdf>.
- Coelho, C. et. al. (2015). *Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico*. São Paulo: Pleiade. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/livro4-online.pdf>.

- Conrado, R. (2021). As aporias de uma paz minada: Lições teóricas e empíricas dos processos políticos pós-1990 em Moçambique. In: *Aporias do Moçambique Pós-Colonial – Estado, sociedade e capital*. Québec: Daraja Press. pp. 2–27.
- Esteves, A. (2016). Jornalistas e jornaleiros. In Rtp. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/opiniao/antonio-esteves/jornalistas-e-jornaleiros_931418 (consultado a 02 de Julho de 2023).
- Correia, F. (2007). *Jornalismo do Cidadão – Quem És Tu?* 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-frederico-jornalismo-do-cidadao.pdf> (consultado a 15 de outubro de 2016).
- CPI & Clube Português de Imprensa (2017). *A reportagem sobre o Terrorismo e os Dilemas da Liberdade de Expressão*. 2017. Disponível em: <https://clubedeimprensa.pt/aconteceu/connosco/a-reportagem-sobre-terrorismo-e-os-dilemas-da-liberdade-de-expressao/> (consultado a 22 de junho de 2023).
- Faria, F. (2007). O Papel dos *Media* na Luta Contra o Terrorismo: que Cobertura Mediática aos Actos Terroristas? In: *Nação e Defesa*. 3ª Série. pp. 155–177.
- Faustino, A. (2018). *O Papel dos Media no quadro do Terrorismo como Acção Estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Foschini, A. & Taddei, R. (2006). *Jornalismo Cidadão. Você faz a notícia*. 2006. Disponível em: https://amigosdejanuaria.files.wordpress.com/2011/09/conquiste_a_rede_jornalismo_cidadao.pdf (consultado a 20 de dezembro de 2022).
- Galtung, J. & Ruge, M. (1999). A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: N. Traquina (ed.). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega. pp. 61–73.
- Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. 2000. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf (consultado a 25 de julho de 2011).
- Habibe, S., Forquilha, S. & Pereira, J. C. (2019). *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o Caso de Mocímboa da Praia*. Cadernos IESE 17. Maputo: IESE.
- Hall, S. *et al.* (1999). A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: N. Traquina (ed.). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega. pp. 224–248.
- IMS (2023). *Reimagining the role of media in Mozambique in the era of terrorism and natural disasters*. 2023. Disponível em: <https://www.mediasupport.org/wp-content/uploads/2023/03/Reimagining-the-role-of-media-in-Mozambique.pdf> (consultado a 28 de junho de 2023).
- Katz, E. (1999). Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: N. Traquina (ed.). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega. pp. 52–60.

- Love, J. (2023). *When Private Military Operations Fail: the Case of Mozambique*. 2023. Oxford Political Review. Disponível em: <https://oxfordpoliticalreview.com/2023/03/06/when-private-military-operations-fail-the-case-of-mozambique/> (consultado a 28 de junho de 2023).
- Lusa (2021). *Cabo Delgado: novo relatório da AI descreve violações de direitos humanos em Cabo Delgado*. 2021. Carta de Moçambique. Disponível em: <https://www.cartamz.com/~cartamzc/index.php/crime/item/7366-terrorismo-em-cabo-delgado-novo-relatorio-da-ai-descreve-violacoes-de-direitos-humanos-em-cabo-delgado> (consultado a 22 de junho de 2023).
- Lusa (2023). *Violação de direitos humanos em Moçambique aumentou com conflito no norte*. 2023. observador. Disponível em: <https://observador.pt/2023/03/28/violacao-de-direitos-humanos-em-mocambique-aumentou-com-conflito-no-norte/> (consultado a 22 de Junho de 2023).
- Mapote, W. (2020). *Filipe Nyusi acusa parte da imprensa de manipular informações sobre a guerra em Cabo Delgado*. 2020. Voz de América. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/filipe-nyusi-acusa-parte-da-imprensa-de-manipular-informa%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-guerra-em-cabo-delgado/5676048.html> (consultado a 26 de novembro de 2020).
- MISA (2019). *Estágio da liberdade de imprensa em moçambique - 2019 apagão de informação e as perseguições contra a imprensa em Cabo Delgado*. 2019. Disponível em: <https://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/relatorio-2008/98-estagio-da-liberdade-de-imprensa-em-mocambique-2019-apagao-de-informacao-e-as-persegucoes-contr-a-imprensa-em-cabo-delgado/file> (consultado a 7 de junho de 2022).
- MISA (2021). *Relatório sobre o estado das liberdades de imprensa e de expressão em 2019 e 2020: Perseguições, raptos, incêndios e processos judiciais contra jornalistas em Moçambique*. 2021. Disponível em: <https://www.caicc.org.mz/diario/wp-content/uploads/2021/05/relatorio-sobre-o-estado-das-liberdades-de-imprensa-e-de-expressao-em-2019-2020.pdf> (consultado a 7 de junho de 2022).
- Moretzsohn, S. (2006). O mito libertário do “jornalismo cidadão”. *Comunicação e Sociedade*. 9–10 pp.63–81.
- Morier-Genoud, E. (2020). *The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning*. 2020. Journal of Eastern African Studies. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17531055.2020.1789271> (consultado a 20 de agosto de 2022).

- Nhampossa, A. (2019). *Jornalistas moçambicanos que cobriam conflito em Cabo Delgado concedidos liberdade condicional após meses na prisão*. 2019. Global Voices. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2019/04/26/jornalistas-mocambicanos-que-cobriam-conflito-em-cabo-delgado-concedidos-liberdade-condicional-apos-meses-na-prisao/> (consultado a 30 de dezembro de 2019).
- Nhantumbo, A. (2022). *O Jornalismo numa democracia*. 2022. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/opiniao/carta-de-opiniao/item/10801-o-jornalismo-numa-democracia>.
- Observatório de Conflitos (2022a). *Cabo Ligado Mensal: Setembro de 2022*. 2022. Cabo Ligado. Disponível em: <https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2022/10/Cabo-Ligado-Portuguese-Monthly-September-2022.pdf> (consultado a 29 de outubro de 2022).
- Observatório de Conflitos (2022b). *Cabo Ligado weekly: 3-9 October 2022*. 2022. Disponível em: <https://www.caboligado.com/reports/cabo-ligado-weekly-3-9-october-2022> (consultado a 13 de outubro de 2022).
- Repórter Sem Fronteiras (2022a). *Africa. Mozambique*. 2022. Disponível em: <https://rsf.org/en/country/mozambique> (consultado a 7 de junho de 2022).
- Repórter Sem Fronteiras (2022b). *Moçambique*. 2022. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking?year=2022> (consultado a 2 de janeiro de 2023).
- Repórter Sem Fronteiras (2019). *Two Mozambican journalists freed after being held for months*. 2019. Disponível em: <https://rsf.org/en/two-mozambican-journalists-freed-after-being-held-months> (consultado a 28 de junho de 2023).
- Resendes, M. B. (2007). *Os media e o terrorismo*. 2007. Disponível em: https://www.e-cultura.pt/ieei/wp-content/uploads/docs/SR5/PT_ADN_IEEI_005_0033_Os%20media%20e%20o%20terrorismo%20M.%20Bettencourt%20Resendes.pdf (consultado a 1 de janeiro de 2023).
- Risoni, G. P. S. (2004). *Cobertura de Guerra – mediação e realidade*. 2004. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/23592> (consultado a 14 de abril de 2015).
- Santos, J. dos (1992). *O que é Comunicação*. Lisboa: Sociedade Editorial e Livreira.
- Schlesinger, P. (1999). Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: N. Traquina (ed.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega. pp. 177–190.
- Silva, G. (2005). Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: *Estudos de Jornalismo e Mídia. Vol.II*. pp. 95–107. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2091-Texto%20do%20Artigo-6215-1-10-20080611.pdf>.
- Sousa, J. (2001). *Elementos do Jornalismo Impresso*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>.

- The Economist Intelligence Unit (2021). *Democracy Index 2021. The China Challenge*. 2021. Disponível em: https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/?utm_source=economist&utm_medium=daily_chart&utm_campaign=democracy-index-2021#mktoForm_anchor (consultado a 2 de janeiro de 2023).
- Tinga, J. (2020). *CDD condena ameaças de silenciamento de jornalistas que reportam ataques armados em Cabo Delgado*. 2020. CDD Eleições. Disponível em: https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/02/CDD_condena_ameacas_de_silenciamento_de_jornalistas_que_reportam_sobre_os_ataques_armados_em_cabo_delgado.pdf (consultado a 20 de março de 2020).
- Traquina, N. (1999). As notícias. In: N. Traquina (ed.). *Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega. pp. 167–176.
- Traquina, N. (2007). *O Que é Jornalismo?* Lisboa: Quimera Editores.
- UNHCR (2022). *Nearly 1 million people have fled five years of northern Mozambique violence*. 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/10/633be4474/nearly-1-million-people-fled-five-years-northern-mozambique-violence.html> (consultado a 5 de outubro de 2022).
- WLSA Moçambique (2021). *Carta Aberta sobre a situação dramática em Cabo Delgado*. 2021. Disponível em: <https://www.wlsa.org/mz/carta-aberta-sobre-a-situacao-dramatica-em-cabo-delgado/> (consultado a 22 de junho de 2023).